



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

CÂMARA TEMÁTICA DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A, Edifício Number One, 18º andar, Asa Norte, Brasília-DF, foi iniciada a Vigésima Sétima Reunião Ordinária da Câmara Temática do Conjunto Urbanístico de Brasília – CT/CUB do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, pela Sra. **Janaína Domingos Vieira**, Secretária Adjunta, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes na pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia. 1.1. Abertura dos trabalhos. 1.2. Informes do Presidente. 1.3. Aprovação da Ata da 26ª RO. 2. Considerações sobre a Minuta do Projeto de Lei – PPCUB. 3. Assuntos Gerais 4. Encerramento. Iniciada a reunião com o item 1. Abertura dos trabalhos: A Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), Sra. **Janaína Domingos Vieira** declarou aberto os trabalhos relativos a 27ª Reunião Ordinária da Câmara Temática do Conjunto Urbanístico de Brasília (CT/CUB) cumprimentando a todos. Ato contínuo, passou-se ao item 1.2. Informes do Presidente: A Sra. **Janaína Domingos Vieira** destacou que o objetivo da reunião é informar aos membros sobre os últimos andamentos procedimentais desde a última reunião realizada, além de relatar sobre as impressões e acontecimentos ocorridos na última audiência pública realizada. Evidenciou que a intenção não é a de retomar os pontos já discutidos na sessão anterior, mas apresentar os pontos discutidos juntamente com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rememorou a todos sobre o atendimento às recomendações pontuadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), quanto à consolidação de todos os estudos técnicos por conta da questão envolvendo a audiência pública realizada no passado e mencionou a respeito da publicação de uma plataforma virtual para abordar especificamente sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), onde tornará disponível todos os documentos e materiais relativos ao processo de construção da minuta. Esclareceu que assim que o processo retornar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) seria divulgado e será agendada uma nova audiência pública para tentar consolidar a versão final do projeto, a fim de encaminhá-lo à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Ressaltou que o processo estava no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e que foi acordado que seria analisado em até quarenta e cinco dias. Nesse momento, a ordem do dia foi invertida e passou-se à abordagem do item 2. Considerações sobre a Minuta do Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB): O Sr. **Ricardo Augusto de Noronha**, que está à frente da Secretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília (SCUB), discursou a respeito da missão ao compor a equipe responsável pelo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Alegou que inúmeras contribuições foram anotadas, planilhadas, além das que saíram da Câmara Temática, em conjunto com as mais diversas que foram enviadas por e-mail. O canal para envio está aberto desde a audiência pública, realizada em novembro de 2022, além dos recebimentos daquelas contribuições que chegaram por pedidos de interessados avulsos que foram protocolados. Enumerou que foram mais de 40 sugestões

oferecidas na própria audiência pública, o que totalizou quase 200 recomendações, que foram avaliadas pela equipe e que, grande parte deles, foram absorvidos ou totalmente, ou em parte, discutidos amplamente, sendo consolidados na minuta. Ressaltou que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) solicitou maior clareza e maior exposição dos trabalhos realizados, principalmente dos estudos. Esses estudos foram todos, a partir de novembro, sintetizados e organizados, os quais irão ser disponibilizados em breve. Justificou que, após a análise da minuta pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com os eventuais ajustes e contribuições apontados, o documento será novamente submetido aos membros da Câmara Temática para avaliação. Deixou claro que a submissão do arquivo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) não foi total e que foram feitas duas reuniões no presente ano para ajustar como a análise seria feita. Foi ajustado com o IPHAN que efetuariam a análise dos pontos alterados com relação ao último parecer deles para dar agilidade e condição de o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) responder de forma mais objetiva e mais rápida. Nessa linha, ressaltou que a intenção para o ano de 2023 não é reiniciar todo o processo de discussão e avaliação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), mas retomar todo o trabalho que vinha sendo desenvolvido nos anos anteriores. Assim, a intenção da reunião é dar uma resposta aos membros e informar a respeito do andamento sobre tudo o que foi e vem sendo feito com relação ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Demonstrou a planilha contendo a síntese das contribuições oferecidas para que os membros tivessem a visualização do tamanho das sugestões e ajustes oferecidos ao texto, com o propósito de cientificá-los e integrá-los na discussão que vem sendo feita. Noticiou que a minuta estava disponível no site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) e que o arquivo era o mesmo que havia sido submetido na audiência pública realizada. Contudo, a minuta enviada para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ainda não foi socializada com ninguém, pois ainda está em apreciação e restrita ao órgão. Logo em seguida, a Sra. **Janaína Domingos Vieira** socializou a planilha para que todos conhecessem. Suscitando a fala, o Sr. **Wilde Cardoso Gontijo Júnior**, Rodas da Paz, questionou se a minuta que foi para a audiência pública, a partir da consolidação dos trabalhos dessa Câmara Temática, tinha sido passada para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) mesmo contendo os parâmetros urbanísticos ajustados. Em contraponto, a Sra. **Janaína Domingos Vieira** explicou que a versão da audiência pública passou pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Após a audiência pública, as contribuições recebidas é que não havia passado para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Prosseguindo, o Sr. **Wilde Cardoso Gontijo Júnior**, Rodas da Paz, esclareceu que não havia ficado claro. Alegou que após as discussões da Câmara Temática houve várias alterações. Dessa forma, questionou se as alterações contidas na Câmara Temática, que foram feitas antes da audiência pública, teriam o parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Solicitou que se esse parecer prévio pudesse ser compartilhado, entre a minuta consolidada na Câmara Temática e a audiência pública, seria de grande valia. Em resposta, o Sr. **Ricardo Augusto de Noronha** informou que o documento foi gerado com as alterações que vieram das contribuições da Câmara, consolidado, e apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Inclusive, destacou que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) participou da audiência pública. Noticiou que em uma das reuniões feitas com o órgão, foi exibida a planilha que estava sendo apresentados e discutidos todos os pontos. Assim, o documento foi compilado e apresentado de forma sucinta para que o retorno fosse mais rápido. Alegou que havia uma tranquilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) quanto às contribuições feitas pela Câmara Temática. Em contraponto, o Sr. **Wilde Cardoso Gontijo Júnior**, Rodas da Paz, ressaltou sobre a importância de arquivar os documentos e quanto à sucessão dos atos para não causar prejuízos ao andamento do processo. Alegou que é importante que todos saibam quais os próximos passos no curso do trâmite do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), a fim de que não ficasse “nesse vai e volta”. Ressaltou que a avaliação feita pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) era de suma importância, em virtude de normativamente ser o responsável por dar o parecer final sobre o trabalho desenvolvido. Pontuou que a Câmara Temática poderia fazer todos os ajustes, a fim de exaurir todas as questões relativas ao âmbito técnico da audiência pública, para que, depois, se tiver algum ajuste previsto naqueles parâmetros do último artigo da Portaria IPHAN nº166, é que o documento fosse submetido ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Argumentou que não havia compreendido muito bem, que seria válido colher todas as proposições na audiência pública e, posteriormente, levar ao IPHAN. O Sr. **Ricardo**

Augusto de Noronha, por sua vez, concordou com a colocação feita e esclareceu que o processo deveria ter ido para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em virtude da necessidade de realização da nova audiência pública. A minuta a ser novamente apresentada à população deve ser submetida primeiro ao órgão responsável. Explicou o combinado feito com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no sentido de que qualquer alteração que seja oriunda da audiência pública do último ano até o vigente comporia e incrementaria para se obter um documento mais amadurecido. Foi pontuado que havia a necessidade de se conferir maior publicidade a respeito do processo envolvendo o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) para evitar problemas. Pontuou-se que poderia ser questionado a respeito das formalidades das reuniões. Dito isso, sugeriu-se que fosse feito um cronograma dos próximos pontos que serão abordados. A Sra. **Janaína Domingos Vieira** apontou que considerando o envio tão logo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a expectativa é a de realizar a audiência pública em agosto de 2023 para que, após a realização do evento, ser novamente submetido ao órgão no final de agosto e início de setembro e encaminhá-lo à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) na sequência. Reforçou novamente sobre o acordado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) quanto ao envio parcial do Projeto de Lei. Salientou-se que o parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é opinativo. Os membros questionaram sobre o porquê de não se ter um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na Câmara Temática, em virtude de se tratar de um processo importante, que demanda a provocação e avaliação do órgão quanto aos parâmetros e demais matérias relativas às suas atribuições. O Sr. **Ricardo Augusto de Noronha** esclareceu que a opção por não participar do Colegiado surgiu do próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Sr. **Wilde Cardoso Gontijo Júnior**, Rodas da Paz, sugeriu que fosse preparado um parecer jurídico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), analisando o que pode e o que não pode fazer em caso de conflito de interpretação jurídica. Em seguida, a Sra. **Janaína Domingos Vieira** esclareceu que até aquele momento não houve nenhum embate com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo inclusive firmado um acordo de cooperação, onde todos os temas são tratados. Deixou clarividente que as tratativas com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) continuariam sendo feitas independentemente da avaliação relacionada ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), em virtude da cultura que se criou com relação a isso. Quanto à sugestão apresentada, indicou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) pensaria como poderia ser feito. Para fins de esclarecimento, a Sra. **Patrícia Veiga Fleury**, Coordenadora de Planejamento e Monitoramento do Conjunto Urbanístico de Brasília (COPLAB), apresentou a todos o artigo que cita a obrigatoriedade do encaminhamento ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) das alterações que são relativas às suas atribuições, como usos e parâmetros. Explicou que a planilha é condensada, porque não se levou para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) alterações que eram de forma e alterações que não implicavam em parâmetros ou usos. Assim, as alterações que eram simples e que não tinham obrigatoriedade de serem submetidas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não estavam na tabela exibida. Defendeu a parceria entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cujo intuito é de preservar a cidade de Brasília. Nesse sentido, justificou que todas as contribuições que foram feitas na Câmara Temática foram condensadas e apresentadas na audiência, além daquelas oferecidas no próprio evento pela população. A partir disso, de toda a análise, de todas essas contribuições, que houve a consolidação da minuta que foi encaminhada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Informou que o site conterá todas as informações, inclusive aquelas solicitadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Ademais, informou que todo o processo anterior às audiências, a participação popular e tudo o que foi feito vai estar disponível no ambiente virtual, bem como a disponibilização da minuta atualizada. Compreendeu que o parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é opinativo, contudo, por se tratar de um órgão responsável pela preservação de Brasília é que a avaliação se torna mais importante, não somente desse ponto de vista, mas ao atendimento à obrigatoriedade legal. Logo em seguida, iniciou a explicação dos itens consoantes à planilha. A Sra. **Patrícia Veiga Fleury**, esclareceu que quando a Câmara havia sido encerrada, foi feita uma reunião com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para consolidar todo o entendimento entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

(SEDUH) e o órgão, sendo feita uma minuta da audiência, que já continha todas as contribuições do colegiado. A partir da audiência pública, salientou que havia as planilhas relativas às contribuições tanto do colegiado quanto da sociedade civil, que vieram, porventura, depois da sessão pública ou enviadas por e-mail. Dito isso, a planilha que estava sendo exibida contemplava todas as sugestões que foram oferecidas. Na reunião ocorrida com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) destacou que seria gerada outra planilha contendo todas as alterações feitas pelo parecer do órgão desde o ano de 2021 até 2023, isto é, incorporando todo o trabalho feito pela Câmara Temática desde 2021, o que não representava novidade. Desse modo, por meio da solicitação feita pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é que foi elaborada a planilha que consolidou todas as alterações feitas no ano de 2021 ao final de 2022. O Sr. **João Gilberto de Carvalho Accioly** (Sinduscon/DF), prosseguiu alegando que cabia à Câmara Temática analisar somente as contribuições feitas após a audiência pública. Nesse sentido, apontou que existiam duas alternativas: (i) analisar todo o texto que foi encaminhado para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no que tange às contribuições feitas pós-audiência pública ou (ii) aguardar o posicionamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Destacou que não existia um parecer formal, mas uma manifestação. Se existisse um documento formal, não haveria a necessidade de encaminhar as alterações consolidadas formalmente. Assim, concordou com a sugestão no sentido de que a Câmara Temática se reunisse após a análise concluída pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e avaliasse, ainda, os pontos que foram oferecidos após a audiência pública ao texto. Dito isso, propôs que a Câmara Temática fosse suspensa enquanto o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) não opinasse, tendo conhecimento prévio somente das contribuições feitas após a realização da Audiência Pública. A Sra. **Patrícia Veiga Fleury** asseverou que a proposta que estava apresentada inicialmente era nesse sentido, para que a Câmara Temática fosse acionada para trabalhar em cima da minuta consolidada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Destacou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) possui todos os documentos formais, exceto a manifestação do documento após a realização da audiência pública, com o propósito de consolidar todo o entendimento dentro do parecer técnico final do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Observou que eventuais ajustes poderiam ser feitos na minuta final, mas que o documento seria apresentado a todos os membros e disponibilizado para realizar o chamamento da nova audiência. O Sr. **João Gilberto de Carvalho Accioly**, SINDUSCON/DF, sugeriu que após a manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e antes da audiência pública, que a Câmara Temática se reunisse para tomar ciência prévia sobre o que será tratado na sessão pública. O Sr. **Ricardo Augusto de Noronha** efetuou alguns esclarecimentos sobre a discussão que estava sendo travada. Em primeiro, pediu desculpas por não ter deixado claro sua fala a respeito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Explicou, novamente, sobre a reunião feita com o órgão, a qual gerou a tranquilidade de denominá-la como “audiência”. Alegou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) julgou por bem organizar a reunião para dar ciência aos membros sobre o andamento do processo e cientificá-los de que o próximo passo é a obtenção do parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Além disso, afirmou que proporia justamente o que foi sugerido no sentido de que após a manifestação e antes da audiência pública, que fosse realizada uma nova reunião para efetuar a discussão do produto. A proposta para a 27ª Reunião Ordinária seria apresentar a planilha, contudo, havia o risco de que fossem discutidos pontos que futuramente seriam retirados ou vetados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesse sentido, concordou com o adiamento da reunião. Logo em seguida, o Sr. **Ovídio Maia Filho** (Fecomércio), sugeriu que o trabalho fosse disponibilizado para que os membros fizessem uma leitura para que na próxima reunião o debate fosse mais produtivo. O Sr. **Ricardo Augusto de Noronha** destacou que o compromisso da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) é trazer à Câmara Temática somente os questionamentos ou dúvidas, a fim de evitar polêmicas. O Sr. **Ovídio Maia Filho** (Fecomércio), observando não ser um documento final, solicitou que fosse restringida a divulgação somente à Câmara Temática. A Sra. **Janaína Domingos Vieira** ressaltou se tratar de um documento interno e que não poderia ser divulgado para a sociedade, em virtude de conter informações ainda pendentes de conclusão. Deixou clarividente que o texto pode sofrer alterações. Retornou à apresentação destacando que o documento está consolidando todas as informações do ano de 2021 até o corrente ano. Então, 80% das contribuições foram oferecidas pelo Colegiado e 20%, após a realização da audiência pública. Informou sobre a existência de uma

planilha tabulada que seria enviada aos membros para estudo. O Sr. **Wilde Cardoso Gontijo Júnior**, Rodas da Paz, sugeriu a elaboração de um documento comparativo entre os pontos que estavam contidos na minuta encaminhada e aqueles contidos após a avaliação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a fim de demonstrar a diferença daquilo que foi oriundo da audiência pública e a versão para o novo evento. A Sra. **Janaína Domingos Vieira** destacou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) disponibilizaria os documentos. Observou que assim que a verificação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) chegasse, o prazo para a realização da audiência pública não poderia ser muito longo, em virtude do prazo regimental. O Sr. **Wilde Cardoso Gontijo Júnior**, Rodas da Paz, observou que a Câmara Temática foi criada para discutir projetos do Conjunto Urbanístico de Brasília e que acabou tomando a frente nas discussões envolvendo o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Solicitou a realização de uma outra reunião com a Câmara Temática para saber sobre os projetos que estão sendo feitos, o andamento destes e qual a previsão de conclusão, para que os membros, minimamente, pudessem saber sobre os projetos de planejamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) para a apresentação no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan), mencionando, para tanto, alguns projetos previstos. Por fim, recomendou que fossem feitas essas duas ocasiões, sendo a primeira para a realização de uma apresentação geral sobre os projetos e outra para abordagem de um projeto pendente específico, a ser definido. A respeito dos pontos mencionados, a Sra. **Janaína Domingos Vieira** informou que iria organizar e apresentar um cronograma para a realização das apresentações, para quem tiver interesse conhecer. Finalizadas as colocações, passou-se ao subitem 1.3. Aprovação da Ata da 26ª RO: Não havendo manifestações ou retificações ao seu conteúdo, a respectiva ata foi considerada aprovada. Avançando ao item 3. Assuntos Gerais: O Sr. Pedro de Almeida Grilo (CAU/DF), a respeito do projeto da rodoviária, informou conhecer os autores da demanda e recomendou que trouxesse os autores do projeto para apresentá-lo, porque possuem versões mais conservadoras e outras mais ousadas, tendo em vista que poderá ser pautado no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan). Pontuou que o debate poderia amadurecer o projeto para que quando chegasse no âmbito do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan), o debate fosse mais rico. Deixou enfatizado sobre a continuidade do selo CAU, que estava na quarta edição, com treze prédios inscritos. Sobre os blocos das superquadras e edifícios públicos em geral, comentou sobre os problemas envolvendo a conservação e o cercamento de área pública. Justificou que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) será uma oportunidade para frear a prática do cercamento. O Sr. Almiro Cardoso Farias Júnior (OAB/DF), por sua vez, comentou a respeito dos retrofits que estavam sendo feitos nos prédios da Asa Sul (DF), que ao seu ver, eram uma agressão à cidade e ao projeto original. Desse modo, ingressou-se em uma discussão paralela sobre retrofit. A Sra. **Ana Maria de Aragão** (IPEDF-Codeplan), comentou a respeito da finalização do déficit habitacional dos dados relativos ao ano de 2021, segundo a PDAD de 2021, onde constatou algumas conclusões que poderiam subsidiar algumas propostas de alteração dos parâmetros de uso e ocupação do solo no Conjunto Urbanístico de Brasília. Propôs que na próxima reunião fosse feita uma apresentação se assim fosse julgado pertinente. A Sra. Janaína Domingos Vieira informou que agendaria a apresentação. Avançando ao item 4. Encerramento: A Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Sra. **Janaína Domingos Vieira** agradeceu a presença de todos, desejou um bom final de semana e declarou encerrada a 27ª Reunião Ordinária da Câmara Temática do Conjunto Urbanístico de Brasília (CT/CUB). **JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA**, Secretária Adjunta; **RICARDO AUGUSTO NORONHA**, 2º Suplente – SEDUH; **RODRIGO TORRES PIMENTA CABRAL**, Suplente – SEPE; **ANDREIA AUGUSTA DE SOUSA SANTOS**, Suplente – SECEC; **WILDE CARDOSO GONTIJO JUNIOR**, Suplente – Rodas da Paz; **PEDRO GRILO**, Titular – CAU/DF; **LEONARDO SERRA ROSSIGNEUX VIEIRA**, Suplente – OAB/DF; **BIANCA ILHA PEREIRA**, Titular – TERRACAP; **SÉRGIO PERES JÚNIOR**, Titular – SEEC; **ANAMARIA DE ARAGÃO**, Suplente – IPEDF-CODEPLAN; **PERSIO MARCO ANTÔNIO DAVISON**, Titular – Rodas da Paz; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON/DF; **ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR**, Titular – OAB/DF; **LEONARDO LIMA E SÁ**, Suplente – IAB/DF; **OVÍDIO MAIA FILHO**, Titular – FECOMÉRCIO; **LUDMILA DIAS FERNANDES**, Suplente – TERRACAP



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4**, **Secretário(a) Adjunto(a) de Desenvolvimento Urbano e Habitação**, em 20/09/2023, às 16:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **122757616** código CRC= **5FD779D6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Sítio - www.seduh.df.gov.br